



LUTAS DE CLASSE E RESISTÊNCIAS DOS POVOS NEGROS E INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE – RN

Class struggles and black and indigenous people's resistances in Rio Grande do Norte - RN

Janaiky Pereira de Almeida*

 <https://orcid.org/0000-0002-9139-939X>

Daniela Neves**

 <https://orcid.org//0000-0002-5065-215X>

Caroline Tertulino da Silva***

 <https://orcid.org/0000-0003-1248-0868>

Anna Clarice Assunção Ribeiro****

 <https://orcid.org/0000-0002-5547-484X>

RESUMO

O artigo buscou indicar elementos que contribuem para o debate crítico sobre as lutas da classe trabalhadora no Brasil, incorporando as reflexões de sua diversidade no que se refere às relações sociais que perpassam o racismo, patriarcado e capitalismo na formação social brasileira. Partimos do pressuposto de que as lutas e resistências dos povos negros e indígenas, desde o processo de colonização, constituem-se como uma das bases históricas para o entendimento da organização política da classe trabalhadora na atualidade. O texto versa, de maneira mais particular, sobre as lutas e resistências dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte e se soma ao esforço de pesquisadores e pesquisadoras em ultrapassar a invisibilidade destes povos

*Assistente Social. Doutorado em Política Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: janaiky.almeida@ufrn.br

**Assistente Social. Doutorado em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: daniela.neves@ufrn.br

***Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: caroline.tertulino.017@ufrn.edu.br

****Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: anna.clarice@ufrn.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p191-206



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

na historiografia oficial do RN. Indo além de narrativas, os diálogos expressos ao longo do texto buscam apreender a realidade social em suas múltiplas determinações, no entendimento de que conhecer tal realidade é condição fundamental para o estabelecimento das reivindicações e lutas da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE

Lutas sociais. Povos negros. Povos indígenas. Formação Social. Resistências.

ABSTRACT

The article sought to indicate elements that contribute to the critical debate about the struggles of the working class in Brazil, incorporating the reflections of its diversity about the social relations that permeate racism, patriarchy, and capitalism in the Brazilian social formation. We assume that the struggles and resistances of black and indigenous peoples, since the colonization process, constitute one of the historical bases for understanding the political organization of the working class today. The text deals, in a more particular way, about the struggles and resistances of black and indigenous peoples in Rio Grande Norte and adds to the effort of researchers and researchers to overcome the invisibility of these peoples in the official historiography of RN. Going beyond narratives, the dialogues expressed throughout the text seek to apprehend the social reality in its multiple determinations, in the understanding that knowing this reality is a fundamental condition for the establishment of the demands and struggles of the working class.

KEYWORDS

Social struggles. Black people. Indigenous peoples. Social Training. Resistance.

Introdução

“São tantas lutas inglórias
São histórias que a história
Qualquer dia contará
Dos humilhados e ofendidos
Explorados e oprimidos
Que tentaram encontrar a solução”

(Pequena memória para um tempo sem memória - Gonzaguinha)

No Brasil, os caminhos de lutas e resistências dos povos ao processo de exploração e dominação denotam percursos históricos anteriores à constituição de organizações políticas da classe trabalhadora. No entanto, têm em comum os elementos de exploração da força de trabalho, explicitando classes sociais antagônicas em uma sociedade escravocrata.

A formação social brasileira se interliga, apesar das particularidades históricas sociais, a um tipo de colonialismo presente no processo de dominação externa das nações latino-americanas. O capitalismo dependente que se constituiu a partir da sociedade colonial tem repercussões não apenas no campo econômico, mas em toda a dinâmica da vida social.

Nestas relações sociais que perpassam o modo de produção capitalista os conflitos de classe se aguçam e a ofensiva burguesa, entre outros determinantes, se expressa por meio de golpes de Estado, como foram os processos de ditaduras civis-militares na América Latina. Na atualidade, analisando a particularidade da realidade brasileira, a ofensiva burguesa articula-se ao avanço do neoconservadorismo, ao fundamentalismo religioso, à

criminalização dos movimentos sociais e à destituição de direitos históricos da classe trabalhadora, via contrarreformas de Estado.

Tendo este contexto histórico como pano de fundo de nossas análises, buscamos neste artigo trazer apontamentos sobre as lutas e resistências dos povos negros e indígenas frente aos processos de dominação e exploração, situando, de maneira introdutória, as expressões das organizações, presença e lutas destes povos no estado do Rio Grande do Norte.

O trabalho é fruto de reflexões e diálogos a partir da pesquisa “Feminismo e diversidade humana: caminhos de lutas e resistências das mulheres no Rio Grande do Norte”. Soma-se também aos estudos partilhados por duas das autoras na oferta das disciplinas: “Formação econômica, social e política do Brasil e do Nordeste” e “Seminário Temático sobre Relações étnico-raciais”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, tendo como expoentes centrais autores e autoras que versam seus estudos a partir de uma análise crítica da realidade social na abordagem dos temas apresentados ao longo da escrita deste artigo, sendo eles: a formação social brasileira e o genocídio dos povos negros e indígenas; presença e resistência dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte; e ofensiva burguesa e violência contra os povos negros e indígenas.

A formação social brasileira e o genocídio dos povos negros e indígenas

“Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato”.
(Samba-enredo da Mangueira, 2019)

A formação econômica e social de uma dada realidade é permeada por diversos elementos que constituem uma totalidade social de determinado modo de produção. O conhecimento histórico sobre essa formação revela o entendimento sobre lutas de classes, articulado ao específico processo de exploração e dominação.

Na formação social brasileira, desde o início de sua constituição histórica no processo de colonização, diferente das narrativas sobre os povos passivos e ordeiros, tivemos muitas resistências tanto dos povos indígenas quanto dos povos negros. Tais resistências vieram acompanhadas de repressões, massacres e extermínios, como foi característica da dominação externa na colonização da América Latina.

[...] esse colonialismo, de raízes tão profundas e de tão longa duração, deita raízes em modos de produção, formações sociais, tipos de dominação e de poder político, todos específicos do “mundo colonial” que os espanhóis e os

portugueses *criaram, sobre os ombros e com o sangue de populações nativas, africanas e mestiças*. (FERNANDES, 2015, p. 67, grifo nosso).

Assim, no processo de colonização dos países latino-americanos “as veias abertas da América Latina” (GALEANO, 1988) não foram somente pela expropriação das riquezas. No sentido mais literal do termo podemos apontar que expressa o genocídio dos povos negros e indígenas durante o processo de colonização, e que perdurou após este.

Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% ou mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população [indígena] estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a essa hecatombe (TODOROV, 1988 *apud* PREZIA, 2017, p. 13).

Referente à escravidão dos povos negros, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no relatório de 500 anos de povoamento do Brasil, este território foi o país que mais importou africanos. “Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro”. (IBGE, 2000, p. 81). Dadas as condições de exploração, de falta de descanso, de alimentação precária e dos castigos infligidos às pessoas escravizadas, seu tempo médio de vida era menor que os demais grupos que compunham a população brasileira.

Sobre esse contexto de exploração dos povos negros e indígenas no período colonial corroboramos a asserção de Cisne e Santos (2018, p. 100) de que

o entendimento da exploração de classe no Brasil, portanto, não pode desconsiderar a exploração da população negra e indígena na economia colonial do país, desenvolvida pelo trabalho forçado e relações de apropriação sobre o corpo e a vida desses povos [...].

Assim, consideramos que as análises da realidade sobre a exploração da classe trabalhadora e sua auto-organização demandam a compreensão das relações sociais que constituem a sociedade brasileira em um processo contínuo de alterações e permanências. A exploração do trabalho, o racismo, o feminicídio e as demais situações geradas nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista paralisam, matam, aniquilam, mas também geram revoltas, indignações, solidariedades e muitas expressões de resistências.

Racismo, patriarcado e capitalismo para compreensão da violência contra povos negros e indígenas no Brasil

O racismo e as relações patriarcais de gênero são expressões das relações sociais que estruturam a sociedade de classes e o desenvolvimento do capitalismo. Como fala Saffioti (2013), são faces de um mesmo processo: dominação-exploração ou exploração-dominação.

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-domação. [...]. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 2004, p. 130).

Em diálogo com Saffioti (2004), interligando a análise das relações sociais permeadas por uma sociedade racista, afirmamos também que não há de um lado a exploração na sociedade capitalista e de outro a opressão dos povos negros. Assim, coadunamos nossa análise com a metáfora do nó criado pela autora para dar conta do imbricamento entre patriarcado-racismo-capitalismo na formação social brasileira.

No que se refere também à análise da sociedade escravocrata, em sua interface com o patriarcado, referenciamos as elaborações de Davis (2016) sobre as interfaces de “Mulheres, raça e classe”. Como forma de expressar as vivências diferenciadas da escravidão para homens e mulheres, no que se refere à exploração da força de trabalho escravo, ela aponta que os senhores escravocratas tinham posturas diferentes de acordo com sua conveniência: “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas”. (DAVIS, 2016, p. 25). Situando essa factualidade na sociedade brasileira, Giacomini (1988) também faz este entrelaçamento ao afirmar que

Por um lado, a escravidão confere aos escravos a situação de “coisa” (propriedade do outro); por outro, o caráter patriarcal da sociedade adenda: “coisa-homem” e “coisa-mulher”. A utilização sexual da escrava não poderia ser entendida como simples resultante da condição de escravidão. Nesse caso, tanto escrava quanto escravo, por partilharem a mesma condição de cativos, teriam sido alvo das investidas sexuais dos senhores. A possibilidade de utilização dos escravos como objeto sexual só se concretiza para a escrava porque recaem sobre ela, enquanto mulher, as determinações patriarcais da sociedade, que determinam e legitimam a dominação do homem sobre a mulher. (GIACOMINI, 1988, p. 65-66).

Na compreensão da sociedade e das relações sociais a partir do imbricamento de raça, classe e gênero/sexo é possível afirmar, conforme dialoga Saffioti (2004) sobre a máquina do patriarcado, que as expressões do racismo, do patriarcado e do capitalismo, exatamente por serem constitutivas das relações sociais, são reproduzidas por mulheres, pelas pessoas negras e pela classe trabalhadora, por se constituírem o modo de sociabilidade desta sociedade.

Relações sociais permeiam o âmbito do trabalho, da educação, das relações familiares, das instituições religiosas, da cultura e do Estado de maneira geral, no direcionamento das políticas públicas ou na ausência delas. São tais relações que fundamentam o que Almeida (2017) caracterizou como racismo estrutural e racismo institucional.

Desse modo, o racismo, bem como as relações patriarcais de gênero, não pode ser visto como um aspecto moral, da mesma forma como nas relações de classe não se trata de capitalistas/burgueses serem pessoas inescrupulosas ou de mau caráter. É o modo de produção, com todas as relações que o constituem, que condiciona os elementos de exploração e dominação que se espraiam em todos os âmbitos da sociedade, individual e coletivamente.

Por se tratar de um mesmo modo de produção, com particularidades a partir de cada formação social, há elementos de permanência e novas determinações históricas. Igualmente, o patriarcado e o racismo permanecem na sociedade atual porque são partes dela, mas têm expressões diferenciadas ao longo do percurso histórico e da mobilização e contestação dos sujeitos (homens e mulheres em sua diversidade) que vivenciam os processos de exploração e dominação. Na particularidade do racismo e do patriarcado corroboramos o que explicita Giacomini (1988):

Da mesma forma como é impossível compreender a formação do proletariado brasileiro sem uma análise de transformação dos escravos em trabalhadores livres, também será impossível determinar as heranças deixadas pela escravidão às mulheres das classes exploradas – em particular às mulheres negras – e às mulheres das classes dominantes sem compreender a situação da negra escrava – as relações em que se inseria enquanto mulher e enquanto escrava. (GIACOMINI, 1988, p. 18-19).

A partir das reflexões elencadas consideramos que uma análise da realidade social que não aborde a totalidade ou as principais determinações das relações sociais que se constituem a partir do imbricamento do patriarcado, do racismo e do capitalismo deixa de lado elementos centrais, sem os quais a compreensão da realidade ficaria cada vez mais distante de sua concretude.

Lutas históricas dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte

“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra”
(Samba-enredo da Mangueira, 2019)

As lutas dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte são parte de contestações, revoltas, insurreições e mobilizações que se deram em todas as regiões do Brasil. Tais lutas são abordadas por Prezias (2017) ao falar dos 500 anos de resistência dos povos indígenas no Brasil e referenciadas por Moura (2014) ao tentar sistematizar as histórias das insurreições, guerrilhas e quilombos dos povos negros em contestação à sociedade escravocrata.

A ocupação das capitanias hereditárias, para além da disputa externa entre portugueses, holandeses, espanhóis e franceses, também enfrentou muita resistência interna. “Não sem

razão, o historiador português Rocha Pita afirmou que nosso país ‘concedido a léguas, foi conquistado a polegadas’. A resistência indígena foi um dos motivos dessa difícil ocupação”. (PREZIA, 2017, p. 50).

Nesses processos de lutas, os povos indígenas que não estavam aliados aos portugueses eram caracterizados como bárbaros e os que, por diversas determinações, se aliavam aos portugueses para expulsão de outros povos eram muitas vezes considerados pela coroa portuguesa como heróis. Essa referência no território potiguar é abordada por Guerra (2007):

Da mesma forma, a referência indígena no estado potiguar foi orientada, historiograficamente, através de outra bipolaridade, constituída por forças aliadas aos lusitanos e forças aliadas aos holandeses. Quanto aos primeiros, a história faz menções simbólicas à figura de herói¹, enquanto as forças bárbaras² de oposição aos lusitanos foram sistematicamente esquecidas e suprimidas da memória oficial [...]. (GUERRA, 2007, p. 31).

Uma das contestações indígenas mais referenciadas historicamente é a Confederação dos Tamoios, que foi uma guerra dos povos Tamoios contra os portugueses de São Vicente e seus Aliados, os Tupi (PREZIA, 2017). No Rio Grande do Norte há o registro da Guerra de Açú, que também se pautou na aliança dos povos indígenas de etnias distintas, alguns como aliados dos portugueses e outros como aliados dos holandeses.

Durante a ocupação holandesa, quando parte dos Potiguara aliou-se aos portugueses, os Janduí optaram ficar do outro lado. A expulsão dos holandeses, ocorrida em 1654, representou-lhe um duro golpe. [...]. Desamparados e sem armas de fogo, os Janduí, aos poucos, se rearticularam com outros povos como os Payaku e Icó. Em 1686, desencadearam uma grande ofensiva contra os portugueses do Rio Grande do Norte, chegando este levante até o Ceará. (PREZIA, 2017, p. 73).

No Rio Grande do Norte havia também a presença dos potiguara, que ocupavam os litorais de outros estados do Nordeste como a Paraíba e o Ceará, e de acordo com Prezias (2017, p. 56) eram considerados “os mais valentes indígenas de todo o Nordeste”. Foram eles que se aliaram aos portugueses na campanha empreendida para derrotar os Janduí e seus aliados na Guerra de Açú.

Nas diversas lutas em defesa das liberdades e contra a escravidão houve alianças entre povos indígenas e povos negros, como ressalta Moura (2014):

Os quilombolas criariam vários focos de ação nas margens do Rio Paraíba, de onde incursionarão para atacar as fazendas mais próximas. Ali, juntar-se-ão aos índios que também lutavam contra a escravidão, constituindo força capaz de atacar

¹ Na historiografia oficial, os “heróis indígenas” são, entre outros: Antônio Felipe Camarão (o Poty), Diogo Camarão, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, André de Albuquerque Maranhão. Eram aliados das forças lusitanas, colaborando com o projeto colonial no Rio Grande do Norte.

² “A atribuição de ‘bárbaro’ foi utilizada para se referir aos índios aliados aos batavos, ou seja, os Tapuia (nome genérico dos índios de ‘língua travada’), que foram descidos dos sertões e aldeados no litoral ao serem submetidos, na época da Guerra dos Bárbaros” (LOPES, 2005, p. 432).

inesperadamente os senhores de engenho, que alarmados e temerosos de suas atividades, várias vezes solicitarão providências à Câmara contra tais atos. (MOURA, 2014, p. 166-167).

As insurreições, incursões e resistências individuais e coletivas sempre foram repelidas com muita violência por parte da coroa portuguesa. Os extermínios de grupos inteiros, os assassinatos e os castigos públicos serviam como indicação e demonstração de força contrarrevolucionária. Esta repressão e criminalização à organização política dos povos originários e posteriormente da classe trabalhadora permanecem atualmente imbuídas, entre outras instâncias, nas legislações e ações repressivas do Estado.

Os povos negros no Rio Grande do Norte: presença e resistência

No Rio Grande do Norte ainda encontramos poucos estudos sobre a presença dos povos negros e suas trajetórias de luta e resistência no estado. Contudo, a partir de uma análise das bibliografias até aqui produzidas, é possível realizar a sistematização da historiografia com o intuito de referenciar diversas expressões de resistência que foram construídas e estão presentes até os dias de hoje. Destacamos, de maneira introdutória, desde o período escravocrata com os primeiros escravos trazidos de Pernambuco: a formação de comunidades quilombolas, mobilizações, levantes, manifestações culturais e movimentos sociais que marcaram a presença e representação dos povos negros no estado.

A presença dos povos negros no RN, no período escravocrata, é marcada pela forma como as relações econômicas e políticas se desenvolviam no Nordeste, particularmente em uma relação mais direta do RN com o estado de Pernambuco. Apesar dos poucos registros, a escravidão de pessoas negras fez parte da história do RN. Inicialmente, foram trazidos indivíduos escravizados de Pernambuco e direcionados, principalmente, para as zonas açucareiras na segunda metade do século XVII (CAVIGNAC, 2003). A partir desse período, notamos que aos poucos foi aumentando o número de escravizados no Rio Grande do Norte, localizados, sobretudo, nas regiões litorâneas mais precisamente, mas também no sertão, onde os principais campos de comércio eram os engenhos de açúcar, a criação de gado e as plantações de algodão. Cavignac (2003) também aponta, na sua obra, o número de pessoas negras presentes em alguns períodos da história do RN:

Segundo as fontes, tinha 8.192 “pretos” em 1805 para o Rio Grande – contando os livres e os escravos -, em 1808 contavam-se 1.127 escravos em Natal, em 1811 foram arrolados 8.072 negros para todo o Rio Grande do Norte (Lima 1988: 20-21; Medeiros 1978: 92; Santos 1994: 83). Em 1811, contavam-se 871 escravos em Caicó e 1.211 em Açú; 12.363 no Seridó – 6.247 eram livres. Francisco de Brito Guerra, vigário do Seridó, no dia 29/04/1826, no jornal “A República”, fornece os seguintes dados populacionais para esta região sertaneja, no ano de 1824: numa população total de 6.276 ou 6.366 pessoas, 2.112 eram brancos, 2.779 pardos e 455 pretos. Em 1824, contavam-se 2.112 brancos, 2.799 pardos e 455 negros em Caicó (Augusto 1954: 13). Em 1844 e 1855, se contavam, respectivamente, 23.467 e 20.244 negros (Santos 1994: 83). (CAVIGNAC, 2003, p. 36-37).

Além dos dados mencionados, voltamos atenção para alguns registros de fugas e levantes dos povos negros escravizados que buscavam de alguma forma resistir às crueldades que

lhes eram impostas e reivindicar as mínimas condições como seres humanos em uma sociedade que os considerava como objetos.

Como expõe Cavnac (2003, p. 45), “Nas aldeias de pescadores ao longo do litoral potiguar, há uma maior presença dos descendentes de escravos, fugidos ou libertos. Também isto acontece nas comunidades negras do interior do Rio Grande do Norte [...]”. Ademais, como estratégia para resistir à escravidão, e contra as condições de exploração, também foram organizados levantes na zona canavieira do RN, como apresentado por Morais (2005, p. 31): “Em 1727 mais de 40 negros rebelaram-se na ribeira do rio Trairi”, e menciona, a partir de Cascudo (1984), a ocorrência de dois levantes na segunda metade do século XIX, um em Goianinha e outro em Papary (atual Nísia Floresta), os quais não tiveram sucesso em suas reivindicações.

Em busca de proteção e organização para construir uma resistência coletiva, a formação de comunidades quilombolas é exemplo de refúgio e luta, podendo ser considerada como uma das principais expressões de resistência permanente e histórica dos povos negros:

[...] observamos nos últimos anos, a resistência negra se expressar de maneira muito significativa através da reivindicação de direitos garantidos pela Constituição de 1988 às populações/grupos “remanescentes de quilombos” e da possibilidade de reescritura da história através das memórias das famílias, dos lugares [...]. (VIEIRA; SANTOS; SOUZA, 2020, p. 261).

Esses caminhos de resistência permanecem, e a luta pelo reconhecimento de suas identidades e dos direitos das comunidades quilombolas continua. Muitas comunidades ainda enfrentam a dura realidade da falta de acesso a políticas públicas, vivendo em situações de extrema vulnerabilidade, e ainda perpassadas pela negação do preconceito racial que existe sobre elas. Atualmente contamos com 33 (trinta e três) comunidades quilombolas (Quadro 1) no Rio Grande do Norte certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), seguindo com mais 20 comunidades com processos abertos (VIEIRA; SANTOS; SOUZA, 2020).

Quadro 1: Comunidades quilombolas certificadas pela FCP no RN

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU
AÇU	BELA VISTA PIATÓ	65/2011	11/05/2011
ACARI	SÍTIO SACO DO PEREIRA	136/2019	02/08/2019
AFONSO BEZERRA	CABEÇO DOS MENDES CURRALINHO	280/2017 15/2018	25/10/2017 01/03/2018
ANGICOS	LIVRAMENTO	250/2018	26/10/2018
BOM JESUS	SÍTIO GROSSOS SÍTIO PAVILHÃO	29/2006 29/2006	13/12/2006 13/12/2006
BODÓ/LAGOA NOVA/ SANTANA DO MATOS	MACAMBIRA	32/2005	19/08/2005
CEARÁ-MIRIM	COQUEIROS	91/2017	14/02/2017
CURRAIS NOVOS	NEGROS DO RIACHO	11/2006	07/06/2006

CORONEL JOÃO PESSOA	COMUM	366/2018	19/12/2018
IELMO MARINHO	NOVA DESCOBERTA	185/2009	19/11/2009
IPANGUAÇU	PICADAS	135/2010	04/11/2010
JUNDIÁ	ARISCO DOS PIRES	228/19	31/12/2019
	REGO DE PEDRA	230/19	31/12/2019
	FAMÍLIA MASCENAS	238/19	31/12/2019
	FAMÍLIA QUITÉRIA	229/19	31/12/2019
LUÍS GOMES	LAGOA DO MATO E COATI	120/2018	26/04/2018
MACAÍBA	CAPOEIRAS	25/2007	13/03/2007
PARNAMIRIM	SÍTIO MOITA VERDE	08/2006	12/05/2006
PARELHAS	BOA VISTA DOS NEGROS	19/2004	04/06/2004
PATU	JATOBÁ	29/2006	13/12/2006
PEDRO AVELINO	AROEIRA	29/2006	13/12/2006
POÇO BRANCO	ACAUÃ	35/2004	10/12/2004
PORTALEGRE	SÍTIO PEGA	8/2007	07/02/2007
	SÍTIO LAJES	8/2007	07/02/2007
	SÍTIO ARROJADO/ENGENHO NOVO	8/2007	07/02/2007
	SÍTIO SOBRADO	8/2007	07/02/2007
SÃO TOMÉ	GAMELEIRA DE BAIXO	43/2009	05/05/2009
TIBAU DO SUL	SIBAÚMA	26/2005	08/06/2005
TOUROS	BAIXA DO QUINQUIM	135/2010	04/11/2010
	GERAL	135/2010	04/11/2010
SANTO ANTÔNIO	CAJAZEIRAS	176/2013	25/10/2013

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da FCP (2022).

Assim, podemos retomar a afirmação de que os povos negros escravizados e libertos sempre estiveram presentes na história e formação do RN, mesmo havendo poucos registros. É importante ressaltar que são diversas as formas de resistência, assim, destacamos a manifestação do movimento negro mais contemporâneo no município de Mossoró, através do surgimento do grupo Raízes na década de 1980, vinculado às atividades teatrais na cidade³ (LUCENA, 2007). A maioria dos componentes do grupo eram negros, e sentiam a necessidade de, para além das discussões teatrais e manifestações culturais realizadas pelo grupo, incluir pautas sociais e assuntos que eram vivenciados diariamente por eles, como apresentado por Lucena (2007, p. 89) sobre os objetivos do grupo e seu nome: “[...] eram basicamente combater o racismo e lutar pela valorização da ‘cultura negra’ em Mossoró. O nome Raízes se associa à tentativa [...] de valorizar as referências culturais dos afrodescendentes na cidade”.

Devido às diversas ofensivas da sociedade burguesa e racista que perdura na realidade atual, há a necessidade permanente dos povos negros continuarem organizados enquanto

³ A articulação de tais grupos de teatro que visam a valorização da cultura afro-brasileira tem como marco a criação do Teatro Experimental do Negro que surgiu no Rio de Janeiro na década de 1940 e tem como uma liderança notória o ativista Abdias do Nascimento.

coletivos e movimentos para a construção de espaços de formação e conhecimentos políticos que vão além da luta antirracista. A organização política também é fundamental para denunciar o racismo estrutural e os desmontes provocados pelas crises do sistema capitalista, que afeta diretamente e de forma mais cruel os povos negros. Assim, apontamos que a luta antirracista está aliada às lutas da classe trabalhadora, feminista, estudantil, ambiental e outras que em suas pautas fortalecem o movimento contra o sistema capitalista. No RN essa luta se constrói através de diversos coletivos e movimentos organizados:

Foram identificadas, para o estudo, as seguintes organizações coletivas que atuam em Natal/RN: Associação de mulheres de Felipe Camarão, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, Núcleo Amélias, Fórum de Mulheres, o Movimento Mulheres em Luta, o Coletivo M.I.G.A, o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), Coletivo As Carolinas, Coletivo Negras de Periferia, Juntas Potiguar; Frente Feminista, Setorial Negros e Negras do Levante Popular da Juventude do RN, ENEGRECER. (SILVA, 2018, p. 14)

Como a maior parte dos coletivos citados são coletivos de mulheres, estes são compostos, em sua maioria, por mulheres negras. Soma-se a esses o coletivo de mulheres negras do RN Ajagùn Obìnrin. Ainda no campo das resistências e atuações político-culturais também citamos a Nação Zaberacatú, que desenvolve atividades de valorização da cultura negra em Natal, a Associação Recreativa e Cultural Escola de Samba Batuque Ancestral, e o Coco de Zambê do Mestre Geraldo, na cidade de Tibau do Sul/RN⁴.

Os povos indígenas no RN – Descaminhos e lutas

Os caminhos trilhados pelos povos indígenas do Rio Grande do Norte nunca foram percorridos facilmente. As lutas e resistências desse povo se deram sempre em meio a conflitos, rebeliões e guerras, tanto para reagir quanto para resistir. Ainda assim, há um notável apagamento desses povos, que se dá tanto fisicamente — quando falamos do genocídio indígena —, como literário, sendo inviabilizado o registro historiográfico desses povos. A antropóloga Julie Cavignac (2003) nomeia esse processo de apagamento da população originária como “ausências visíveis”.

O discurso de que os povos originários do Rio Grande do Norte foram aniquilados ou fugiram para outras capitâneas após a Guerra dos Bárbaros (MACEDO; POSSAMAI, 2015, p. 01) ainda é muito disseminado, o que faz com que a memória historiográfica reproduza, em certa medida, o fato inverídico de que não existem povos indígenas no RN. Porém, pouco se fala sobre a fuga desses povos, após a Guerra dos Bárbaros, para a região conhecida como Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (MACEDO; POSSAMAI, 2015, p.2), região que compreende os atuais municípios de Santana do Seridó, Equador,

⁴ Não identificamos trabalhos acadêmicos ou artigos que apontem a trajetória destes coletivos. Alguns deles têm páginas em redes sociais, como o Instagram, e outros conhecemos a partir de nossa inserção política nas lutas coletivas no RN.

Ouro Branco, Parelhas e São José do Sabugi na Região do Seridó, onde encontram-se elementos sobre esses povos em registros paroquiais datados entre 1789 e 1843.

Apesar de haver poucos registros documentais sobre a história indígena nativa do Rio Grande do Norte, muita tradição oral se perpetua (CAVIGNAC, 2003). Sobre o que deveria constar nos livros e está ausente, seja de maneira proposital ou não, Cavignac (2003) indica que há uma “extinção total das populações autóctones” na documentação oficial do RN, e acrescenta que é através de nomenclaturas dadas devido à polaridade de conjuntos de pretos, brancos e indígena – ‘selvagem’, ‘bárbaro’, ‘índio’, ‘cabloco’, ‘pardo’, ‘negro’ etc. —, que podemos identificar os grupos que passaram por processos históricos conturbados de luta e resistência, e que foram submetidos a reorganizações impostas pela colônia e pelo Estado, onde se vê “o peso de uma ideologia dominante”. (CAVIGNAC, 2003, p. 03).

Hoje no Rio Grande do Norte são reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) cerca de 17 territórios indígenas, distribuídos em sete povos: Tapuias, Caboclos, Potiguara, Catu, Ibirapi, Mendonça e Tarairiú. O reconhecimento dessas comunidades pela FUNAI vem, inclusive, contrapor o atual discurso de que não existem povos indígenas no Rio Grande do Norte, tendo em vista que a FUNAI tem como missão: proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil (PÚBLICA, 2020).

A fim de contradizer o discurso ideopolítico de que não há povos indígenas no Rio Grande do Norte, Cavignac (2003) nos oferece duas grandes indagações: “Como explicar, então, se não houve uma forte presença indígena e negra no estado, que, no censo de 1940, no Rio Grande do Norte, os ‘pardos’ representavam 43% da população total e em 1980, 56,77%? (Oliveira 1999: 133)” (CAVIGNAC, 2003, p. 03) e “[...] se há populações indígenas (re)conhecidas nos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, porque, justamente aí, não existe nenhum grupo reivindicando uma identidade indígena?” (CAVIGNAC, 2003, p. 18).

Apesar desse reconhecimento dado pela FUNAI aos povos indígenas no Rio Grande do Norte, e do Censo do IBGE de 2010 ter registrado cerca de 2.597 indígenas no território do RN, não há sequer um povo que tenha suas terras demarcadas no estado, o que faz com que o registro sobre a população indígena no RN tenha uma particularidade: a totalidade dos povos é considerada como indígenas que estão “fora de terras indígenas”.

É importante lembrar que ao longo dos séculos, o número de índios é cada vez mais reduzido, para chegar, no século XIX, a um apagamento nos registros administrativos, levando ao confisco dos territórios indígenas e das terras das antigas missões jesuíticas: no censo de 1872 os “índios” são desvanecidos. A partir daí, serão contabilizados com os pardos, pretos e caboclos [...]. Hoje, apesar da existência de “índios” no estado — três mil cento e sessenta e oito pessoas no último censo (IBGE, 2000) —, a Funai não reconheceu nenhuma terra indígena para o Rio Grande do Norte. (CAVIGNAC, 2003, p. 13)

Há um fato que necessita ser evidenciado e comparado entre aquilo que é descrito neste artigo e o que é colocado por Cavignac (2003). Segundo os dados do IBGE, em 10 anos (2000 - 2010), há uma redução de 571 indígenas no estado, o que nos leva a refletir se essa diminuição ao longo de uma década se deu pela miscigenação desses povos, que resulta

muitas vezes em uma perda identitária indígena, ou por um outro grave problema gerado pela falta da demarcação de terras no RN: os chamados “índios urbanos invisíveis” (CAVIGNAC, 2003, p. 14).

Seja através do extermínio, da fuga ou da miscigenação (CAVIGNAC, 2003), as identidades indígenas do Rio Grande do Norte vêm sendo apagadas durante toda a história do estado, mas nunca deixou de haver resistência por parte dos povos que lutam pelo reconhecimento de suas identidades e pela demarcação de territórios que são seus por direito. Hoje, essa população está presente ao longo de todo o estado, estando concentrados principalmente no Agreste e no Leste/Litoral Sul Potiguar, segundo dados levantados pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)⁵, conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Aldeias, povos e localidades indígenas no Rio Grande do Norte

COMUNIDADES	POVO	LOCALIZAÇÃO	MESORREGIÕES
Amarelão	Potiguara Mendonça	João Câmara	Agreste Potiguar
Marajó	Potiguara Mendonça	João Câmara	Agreste Potiguar
Açucena	Potiguara Mendonça	João Câmara	Agreste Potiguar
Serrote de São Bento	Potiguara Mendonça	João Câmara	Agreste Potiguar
Santa Terezinha	Potiguara Mendonça	João Câmara	Agreste Potiguar
Cachoeira/Nova Descoberta	Potiguara Mendonça	Jardim de Angicos	Central Potiguar
Sagi	Potiguara	Baía Formosa	Leste Potiguar
Sagi Trabanda	Potiguara	Baía Formosa	Leste Potiguar
Jacu	Potiguara	Baía Formosa	Leste Potiguar
Catu	Potiguara do Catu	Canguaretama	Leste Potiguar
Rio dos Índios	Potiguara Ibirapi	Ceará-Mirim	Leste Potiguar
Lagoa do Mato	Tapuia Tarairiú	Macaíba	Leste Potiguar
Ladeira Grande	Tapuia Tarairiú	Macaíba/São Gonçalo do Amarante	Leste Potiguar
Lagoa de Tapará	Tapuia Tarairiú	Macaíba/São Gonçalo do Amarante	Leste Potiguar

⁵ Para maior detalhamento sobre o mapeamento dos povos indígenas no RN consultar o site: <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/index.html>.

Amarelão Novo	Potiguar	Natal	Leste Potiguar
Tapuia Paiacu	-	Apodi	Oeste Potiguar
Caboclos	Caboclos	Assú	Oeste Potiguar

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da PPGAS/UFRN (2022).

Como forma de fortalecer a luta em defesa dos direitos humanos dos povos indígenas do RN, bem como a luta pela regulação de seus territórios, as diferentes etnias se vinculam à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Localmente também promovem encontros, seminários e vêm atuando em diferentes espaços de reivindicação de acesso às políticas públicas, a exemplo da busca pelo fortalecimento das cotas étnico-raciais nas universidades públicas.

Conclusões

“É ê, quando o Sol nascer
 É que eu quero ver quem se lembrará
 É ê, quando amanhecer
 É que eu quero ver quem recordará
 É eu, não posso esquecer
 Essa legião que se entregou por um novo dia
 É eu quero é cantar essa mão tão calejada
 Que nos deu tanta alegria
 E vamos à luta”

(Pequena memória para um tempo sem memória - Gonzaguinha)

Os levantamentos e reflexões realizados neste texto nos encaminharam para a percepção de diversos fatores que perpassaram a história dos povos negros e indígenas no RN, atentando, de forma introdutória, para a ofensiva burguesa que persegue diariamente — em suas diversas modificações — esses povos, desde a formação social do Brasil; principalmente, influenciando nas relações políticas, econômicas e sociais.

A pouca produção ou inexistência de documentos oficiais históricos e bibliográficos sobre estes povos no RN são expressões do apagamento que historicamente foi realizado em relação às memórias de lutas da classe trabalhadora e dos povos que foram subjugados nos processos de exploração e dominação. Tal apagamento tem intencionalidade. A ciência não é neutra. Desconhecer as histórias de lutas e resistências dos povos beneficia a manutenção de uma sociedade apática que valoriza “heróis” distantes de sua realidade e reconhece o opressor como benevolente.

Também ressaltamos que as lutas dos povos negros e indígenas se somam e são parte da luta da classe trabalhadora, em sua diversidade. Reconhecer as distintas expressões de protestos, reivindicações e mobilizações que contestam e afrontam a sociedade capitalista, patriarcal e racista fortalece os caminhos de unidade política. Assim, seja no Rio Grande do Norte ou no Brasil, essas expressões representam, para além da particularidade territorial, o reconhecimento e visibilidade dos elementos em comum presentes nas relações sociais contraditórias que são constitutivas da sociedade capitalista.

Referências

- ALMEIDA, S. **O que é Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. **Mneme**, v. 4, n. 8, p. 3–37, abr./set. 2003.
- CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 26ed. Ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Estudos latino-americanos, v.12.
- GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LUCENA, F. C. **“Negros” misturados**: um estudo de caso sobre "identidades negras" em Mossoró/RN. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007.
- MACEDO, H. A. M.; POSSAMAI, P. C. História Indígena no Sertão do Rio Grande do Norte após a “Guerra dos Bárbaros”: resistência e mestiçagem cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Associação Nacional de História, 2005. p. 1-10.
- MORAIS, G. C. O. **Entre parentes**: cotidiano, religiosidade e identidade na serra de Portalegre-RN. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2005.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAZ, A. Ser jovem negro no Rio Grande do Norte é um risco de vida: o que o Atlas da Violência reflete. **Negrê**. Fortaleza, 04 de set. de 2020. Disponível em: <https://negre.com.br/ser-jovem-negro-no-rio-grande-do-norte-e-um-risco-de-vida-o-que-o-atlas-da-violencia-reflete/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

PREZIA, B. **História da resistência indígena**: 500 anos de luta. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PÚBLICA, Ministério da Justiça e Segurança. **A Funai**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 04 mar. 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, B. B. **O ativismo de organizações de mulheres negras em Natal/RN**: resistência contra as desigualdades de raça, gênero e classe. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018.

Submetido em: 14/3/2022

Revisto em: 27/6/2022

Aceito em: 27/5/2022